

## TERMO DE REFERÊNCIA

# ANTAQ

(Processo Administrativo n.º 50300.011950/2021-96)

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de **01 (uma) licença permanente do software VMIX 4K** para a integração de infraestrutura de áudio e vídeo na ANTAQ.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	Licença Permanente do Software VMIX 4K	O software a ser contratado será utilizado para fazer transmissões via YouTube. Esta plataforma é responsável por receber todas as mídias e organizá-las antes do <i>streaming</i> . Atualmente utilizamos o OBS (versão gratuita), que é bastante limitada no quesito de recursos disponíveis.	01 licença	R\$3.690,00

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O VMIX 4K O é uma plataforma integrada, baseada em software, que permite transformar um notebook ou computador em um ambiente de manipulação de mídias, gravação e streaming (imagens de câmeras, vídeos, áudios, textos, títulos animados, vídeo conferência, fontes de informação online etc.). É um software de captura, produção, gravação e transmissão de conteúdos audiovisuais via Internet para uso profissional em ambiente de televisão, padrão broadcast.
- 2.2. Esse software fornece suporte para diversas fontes de sinal de entrada simultâneas, sejam elas de vídeo banda-base via placas de captura profissionais SDI, via NDI ou sinais de streaming encapsulados em protocolos de transporte padrões de mercado como RTMP, RTSP, MMS, MPEGDASH, HLS e IP/UDP.
- 2.3. Também permite a captura de vídeo de dispositivos móveis, mediante aplicativo específico ou diretamente via streaming; possibilidade de adição de arquivos de mídia externos (áudios e vinhetas) em playlist e a captura de áudio com capacidade integrada de mixagem com suporte a padrões de drivers de áudio dentro do ambiente Windows, tais como ASIO e WDM; capacidade de conferência entre usuários remotos, com entrada ao vivo de vídeo, áudio e compartilhamento de tela a partir de dispositivos móveis e computadores com, no mínimo, 6 (seis) usuários simultâneos, diretamente da aplicação ou via navegadores web, com capacidade de mixagem do sinal de áudio e envio de retorno.
- 2.4. O software em questão possibilita a mixagem de sinais de entrada em layers com:
- 2.4.1. Ajuste de sincronismo de áudio e vídeo;
  - 2.4.2. Suporte a keyers embarcados do tipo chroma-key;
  - 2.4.3. Gerador embutido de títulos, barras de informações, relógios, QR Code, logos e animações com integração às interfaces de programação (API) de redes sociais tais como Facebook, Twitter e Youtube;
  - 2.4.4. Correção padrão profissional de cores;
  - 2.4.5. Uso de transições customizadas;

- 2.4.6. Sistema de cenários virtuais para integração de sinais ao vídeo com cenas pré-definidas e uso de keyers;
- 2.4.7. Gravação das fontes de sinal de forma independente do sinal PGM;
- 2.4.8. Capacidade de fazer replay instantâneo de sinais de entrada, com possibilidade de execução em velocidade lente (slow motion);
- 2.4.9. Sistema com câmera ou saída de vídeo virtual, inclusive com possibilidade de redirecionar o sinal para uma saída de vídeo SDI de placa de captura;
- 2.4.10. Capacidade integrada de saída de monitoração tipo multiviewer, com possibilidade de escolha das fontes de sinal apresentadas, além dos sinais PVW e PGM;
- 2.4.11. Capacidade integrada de streaming, com suporte parametrizado às plataformas de redes sociais Periscope/Twitter, Facebook e Youtube, com transmissão simultânea de, pelo menos,
- 2.4.12. 3 (três) fluxos simultâneos, com ajuste de taxa e qualidade de codificação;
- 2.4.13. Controle de câmeras do tipo PTZ (Pan, Tilt e Zoom) dos fabricantes Sony e Panasonic; e
- 2.4.14. Executa a renderização, codificação e decodificação auxiliadas por hardware do tipo GPU.
- 2.5. O fornecedor ou representante deve também dar suporte junto ao fabricante e/ou desenvolvedor para resolução de dúvidas de operação e configuração pelo período mínimo de doze (12) meses assim como acesso a versões de atualização e patches pelo mesmo período. O software deve também ser compatível com o Sistema Operacional Windows 10 Professional/Workstation, plataforma de 64 bits.
- 2.6. Para balizar a seleção do software em contratação, foram elencadas as necessidades da ANTAQ na aquisição do serviço. Diante dessas necessidades, foi realizada uma pesquisa dos softwares de transmissão disponíveis no mercado. Sendo assim, abaixo consta uma **Tabela de comparação de software de Transmissão**, que apresenta ainda as vantagens e desvantagens de cada um, considerando as necessidades e a situação atual da Agência:

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<b>vMix</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conjuntos abrangentes de funcionalidades avançadas;</li> <li>Suporte técnico extenso;</li> <li>Marca consolidada no mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compatível apenas com o Windows.</li> </ul>
<b><u>Wirecast</u></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para transmitir vídeos no YouTube e Facebook, os usuários podem usar a opção de transmissão simultânea</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A versão do Wirecast Pro é bastante dispendiosa;</li> <li>Requer processadores da Intel poderosos e RAM elevada.</li> </ul>

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Open Broadcaster Software (OBS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Versão gratuita;</li> <li>Baixo consumo de CPU.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não possui suporte;</li> <li>Carece de recursos avançados em comparação com uma ferramenta profissional de transmissão paga.</li> </ul>
XSplitt	<ul style="list-style-type: none"> <li>Multistreaming (assinatura paga);</li> <li>Diversas ferramentas e plugins nativos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Poderá consumir muito uso do CPU e causar muita lentidão;</li> <li>Compatível apenas com o Windows.</li> </ul>

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A licença deve ser instalada e testada no prazo máximo de 3 (três) dias após a emissão da Nota de Empenho. Após a verificação de que a licença está funcionando conforme o especificado, o pagamento será autorizado.
- 3.2. O suporte e assessoria técnica podem ser feitos via WhatsApp, inclusive nos finais de semana e fora do horário comercial.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 4.4. Pelo valor demonstrado no orçamento comparativo, sugere-se que a aquisição seja feita via **dispensa de licitação**, com cotação eletrônica, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/1993 e nos valores das modalidades de licitação e limites para dispensa do Decreto 9.412/2018.

### 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega do software é de **02 (dois) dias úteis, contados do(a) emissão da Nota de Empenho**, em remessa *única*, no seguinte endereço: **SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70760-545.**

5.1.1. A entrega do serviço será via meio eletrônico.

5.1.2. O serviço deve contar com garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação ou instalação e todas as atualizações no período.

5.1.3. A licença a ser contratada e fornecida é vitalícia/permanente.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes acerca dos serviços que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.

6.1.7. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da ANTAQ quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

- 7.1.6. Encaminhar à fiscalização do contrato a nota fiscal/fatura relativa ao objeto contratado.
- 7.1.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação.
- 7.1.8. Reportar ao CONTRATANTE imediatamente qualquer falha eventualmente identificada na especificação da licença, propondo soluções tecnicamente adequadas.
- 7.1.9. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 7.1.10. Em nenhuma hipótese a contratada poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 7.1.11. É expressamente vedada à CONTRATADA a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 7.1.12. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 7.1.12.1. A utilização do nome da ANTAQ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização da Agência;
- 7.1.12.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado no fornecimento do software, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

14.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, no caso, caracterizada pelo não fornecimento das licenças após 10 (dez) dias úteis do fim do prazo contratual;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



- 14.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 15.1. O custo estimado da contratação é de, em média, **R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais).**

15.2. O valor já considera impostos, contribuições, fretes, seguros e outros custos indiretos.

Brasília-DF, 02 de julho de 2021.

---

CAROLINA BATISTA PAZ

ANALISTA ADMINISTRATIVO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL